

5. Olivença versus Gibraltar

5.1. Abreviando a história de Gibraltar

O que os espanhóis fazem em relação à recuperação de Gibraltar, nada tem a ver com o comportamento dos portugueses face a Olivença. Em Espanha muitas vezes autorizadas referem Gibraltar e exigem o seu regresso à Nação mãe. É um brado patriótico sobre um direito que acham, que a coroa espanhola tem. Gibraltar está desde 1704 sobre a jurisdição britânica, o que faz com que esta questão se mantenha há mais de 309 anos, portanto mais antiga que Olivença, que mais de 212 anos de usurpação.

Gibraltar fica situado no extremo sul da península Ibérica e é conhecido como o Rochedo de Gibraltar, que não é mais, que um pequeno enclave de apenas seis quilómetros quadrados, que a Espanha cedeu de boa vontade em 1714 à Inglaterra.

O “Rochedo”, teve como primeira designação - Gabal – al - Tarik , - e, quando pela primeira vez foi conquistado pelos cristãos passou a ser denominado “Monte Tarik” ainda no tempo das primeiras conquista cristãs realizadas naquela zona.

“Tarik” foi um poderoso chefe militar árabe (ano de 711) que ali reuniu um poderoso exército com destino à reconquista de parte da Península, tendo vencido nas margens do rio Guadalete, o último dos reis godos, acabando por ocupar aqueles locais com população vinda do norte de África. Só em 1309, o rei D. Fernando IV a conquistou aos árabes, mandando, de imediato, construir muralhas e criar condições para povoar de novo aquela pequena península que estrategicamente era muito útil. Tais preocupações e trabalhos realizados não evitaram que os árabes a reconquistassem de novo. Só no tempo do rei D. Henrique IV é que Gibraltar voltou para o cristianismo, mas também por pouco tempo.

Mais tarde D. Bernardino Mendonça, comandando catorze navios de guerra, destrói a armada árabe que se encontrava no porto, o que obrigou ao árabes a entregarem-se, por não poderem abandonar a pequena península.

Gibraltar manteve-se espanhola (castelhana) até à Guerra de Sucessão, mas a 1 de Agosto de 1704 foi tomada por uma esquadra anglo-neerlandesa, comandada pelo Almirante Sir George Booke que entrou no porto, não tendo sido molestado pelos defensores de Gibraltar, e nem tão pouco foi necessário usar a força militar, o que indicava que a Praça revelava uma certa fraqueza militar, e por outro lado, Sir George Booke e a sua esquadra, pertenciam, na altura, à primeira potência naval no Mundo e por isso interessada no “Rochedo”, devido à sua localização geográfica, de ligação entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico, permitindo um controlo seguro dos navios que entravam e saíam daquele Mar.

No dia de chegada ou da conquista, os oficiais austríacos pretenderam içar a bandeira da Áustria; mas nestes assuntos de guerra, há máximas que têm que ser respeitadas, “ ... *Não basta conquistar, é fundamental ocupar a praça indefinidamente contra a oposição de qualquer inimigo ...*”, ora, a fraqueza da Áustria era visível, e era fundamental por isso, a colaboração dos britânicos na Guerra de Sucessão. A Dinamarca que colaborava com a Áustria, apesar de combater com valentia, também não possuía meios militares, para só ou com a colaboração da Áustria conquistar Gibraltar e mantê-la.

A verdadeira força estava nos ingleses e na sua armada e por isso, o Almirante George Booke mandou arriar a bandeira da Áustria e içar a da Grã-Bretanha, que desde aquela data não deixou o mastro real da comunidade de Gibraltar. Hoje os gibraltinos podem afirmar que a Inglaterra ocupa Gibraltar há mais tempo que os espanhóis.

Esta conquista foi uma conquista limpa, porque houve aviso prévio de guerra e toda a Europa sabia que a Inglaterra estava a favor do pretendente D. Carlos III da Áustria contra o outro pretendente francês, que era apoiado pela própria Espanha e pela França.

Há muito que a Inglaterra via com bons olhos a conquista e a posse de Gibraltar, que como já referimos é um ponto altamente estratégico, permitindo um controlo militar alongado, e esta oportunidade foi aproveitada; de facto, quem vence a batalha é o chefe militar presente; neste caso, o Almirante passou a ser o Senhor de Gibraltar, em nome da Coroa Britânica, que representava.

5.2. Olivença versus Gibraltar – semelhanças e diferenças

Na realidade, as duas situações, a de Olivença e Gibraltar não se podem igualar na importância da situação geográfica, que são bem diferentes, como são na situação política e geoestratégica.

Olivença manteve-se na posse de Portugal desde a sua fundação até 1801 (durante quinhentos e treze anos); Gibraltar esteve na posse dos espanhóis até 1704 (durante duzentos e quarenta e três anos), o que nos leva a afirmar que está à mais tempo nas mãos da Inglaterra (trezentos e sete anos), do que na posse dos espanhóis.

Olivença foi construída de raiz, povoada e valorizada apenas pelos portugueses; enquanto Gibraltar, como cidade, tem um porto importante, bons acessos marítimos, uma fortaleza bem construída, escolas e hospitais, sendo tudo obra exclusiva da Inglaterra.

A cedência de Olivença, pelo Tratado de 1801, foi anulada várias vezes, como deixamos relatado e todos os juristas confirmam que tal Tratado não tem qualquer valor, por ter sido anulado em diversas ocasiões; caso que não aconteceu com Gibraltar, onde o Tratado de

Utreque (Utrecht), ⁴³ de 1713, é ainda o documento oficial, que dá definitivamente a posse à Inglaterra, não tendo até hoje, surgido qualquer dúvida, quanto à sua validade, apesar de famosos juristas espanhóis procurarem encontrar razões que o poderiam anular. Além deste Tratado, outros factos e compromissos se deram.

A Espanha comprometeu-se várias vezes restituir Olivença, mas nunca cumpriu o prometido; por seu lado a Inglaterra não tomou qualquer compromisso formal ou outro, para entregar Gibraltar.

Portugal nunca renunciou à posse de Olivença; por seu lado, a Espanha renunciou a posse de Gibraltar por mais de uma vez. Tirando o Tratado de Utrecht; é de referir o Congresso de Soissons, que foi para a Espanha um fracasso nas negociações, o que levou um conhecido historiador, na sua História de Espanha e da Civilização Espanhola a dizer, que o governo espanhol não soube conduzir as conversações, o que levou a Espanha, a sancionar a perda de Gibraltar; em 1729. No Congresso de Sevilha, a Espanha renunciou mais uma vez a Gibraltar; em 20 de Janeiro de 1783, confirmando a renúncia feita no congresso anterior, e aceitando da Inglaterra, como compensação a Ilha de Minorca e as Antilhas; o que foi confirmado ainda nesse ano, em Setembro, em que o Conde de Floridablanca declarou que a posse de Gibraltar ficava agora assegurada a favor da Inglaterra e isto em virtude do Tratado de Versailles de três de Setembro.

Hoje em dia, a pretensão espanhola mantêm-se viva e várias são os argumentos e as disputas que vão desde assuntos policiais à alta política; os espanhóis utilizam tudo o que possa levantar controvérsias. Os espanhóis criam estas situações na esperança de que a transferência se realize a seu favor, procurando vencer pela saturação, mas como se constata, estes argumentos que os espanhóis invocam para recuperar Gibraltar contrastam de forma flagrante com as posições que os responsáveis portugueses têm para com

⁴³ No Tratado de Utreque de 1713 foi decidido e aceite pelas partes do pagamento da Guerra da Sucessão Espanhola que a Espanha cedia à Inglaterra, “... a total propriedade da cidade e Castelo de Gibraltar, junto com o porto, fortificações (...) para sempre sem qualquer excepção ou impedimento ...”.

O Tratado referia ainda que nenhum comércio por terra entre Gibraltar e a Espanha devia ocorrer, excepto no caso de emergência, no caso de provisões se Gibraltar não conseguir ser abastecidas por mar (1). Uma outra condição especial no tratado refere que “... nenhuma permissão deve ser dada sob qualquer protesto tanto a judeus como a mouros, para morarem ou terem residência na cidade de Gibraltar. É evidente que esta restrição foi rapidamente ignorada e por muitos anos judeus e árabes moraram pacificamente em Gibraltar.

Numa clausula de reversão, se a Coroa britânica abandonar Gibraltar, deve oferece-la em primeiro lugar à Espanha.

Conforme: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gibraltar>

(1) – Nos tempos de Franco, a fronteira de Gibraltar, por terra, estiveram de novo encerradas, o que dificultou a vida aos seus habitantes, que na altura ultrapassavam já os 30 000. Só em 1985 a passagem de pessoas e bens voltou a ser possível.

Olivença e não só, porque o mesmo se passa com Ceuta e Melille que também continuam, indevidamente, em poder da Espanha.

Politicamente, hoje, Gibraltar é um território britânico ultramarino (ou colonial), sendo o poder executivo partilhado por um Governador indigitado pelo monarca da Inglaterra, naturalmente indicado pelo Primeiro Ministro inglês e pelo Governo autónomo presidido por um Ministro Principal. Gibraltar tem uma autonomia própria que se desenvolveu ao longo dos anos e que se baseia nas Cartas Constitucionais de 1969 e de 2006. Este aumento de autonomia é bem visível, embora os assuntos de defesa, relações externas, segurança interna e financeira sejam competências do Governador de Gibraltar.

Economicamente os gibraltinos vivem graças ao trabalho que existe nas docas e nas bases da Nato. Gibraltar não possui recursos agrícolas, nem minerais, mas tem como principais atividades económicas as reparações navais, o abastecimento de navios, indústrias alimentares e de bebidas, o turismo, o comércio e os serviços de reexportação. Até finais da Segunda Guerra os portos de Gibraltar estavam sempre completos com navios de guerra britânicos e americanos, que pouco a pouco foram dando lugar a navios de mercadorias e passageiros de diversas nacionalidades, notando-se também a presença de grandes transatlânticos em viagens turísticas e de cruzeiro.

5.3. O Futuro de Gibraltar

Existem, em Gibraltar dois partidos principais, o Social Democrata (G.S.C.) e o Partido Trabalhista (G.S.L.P.), que são os dois mais votados e ambos estão contra qualquer transferência de soberania para a Espanha. Por seu lado, o Governo de Londres não pretende fazer qualquer alteração no regime, sem que o povo de Gibraltar dê o seu consentimento, ou que haja um pedido formal.

Em 2002 a Espanha procurou negociar com o Governo inglês uma soberania conjunta, o que foi negado pelos dois partidos enunciados, que se opuseram com firmeza, aproveitando a ocasião para reclamar a sua autodeterminação, solicitando a realização de uma consulta popular, “... apesar da oposição dos dois partidos; o Governo organizou um referendo cuja questão única era , ‘Aprova o princípio de que o Reino Unido e a Espanha partilhem a soberania de Gibraltar?’, cuja resposta se limitava a ‘ um sim ou não’. Mas 88% da população inscrita respondeu ao senso e daqueles 99%, responderam ‘não’; não estavam de acordo em que se partilhasse a soberania. Apenas 187 cidadãos apoiavam a partilha...”⁴⁴

⁴⁴ - <http://pt.wikipedia.org/wiki/Gibraltar>